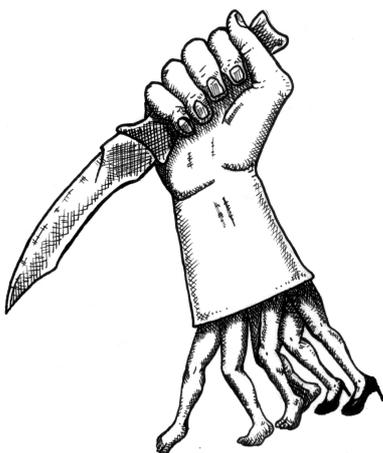


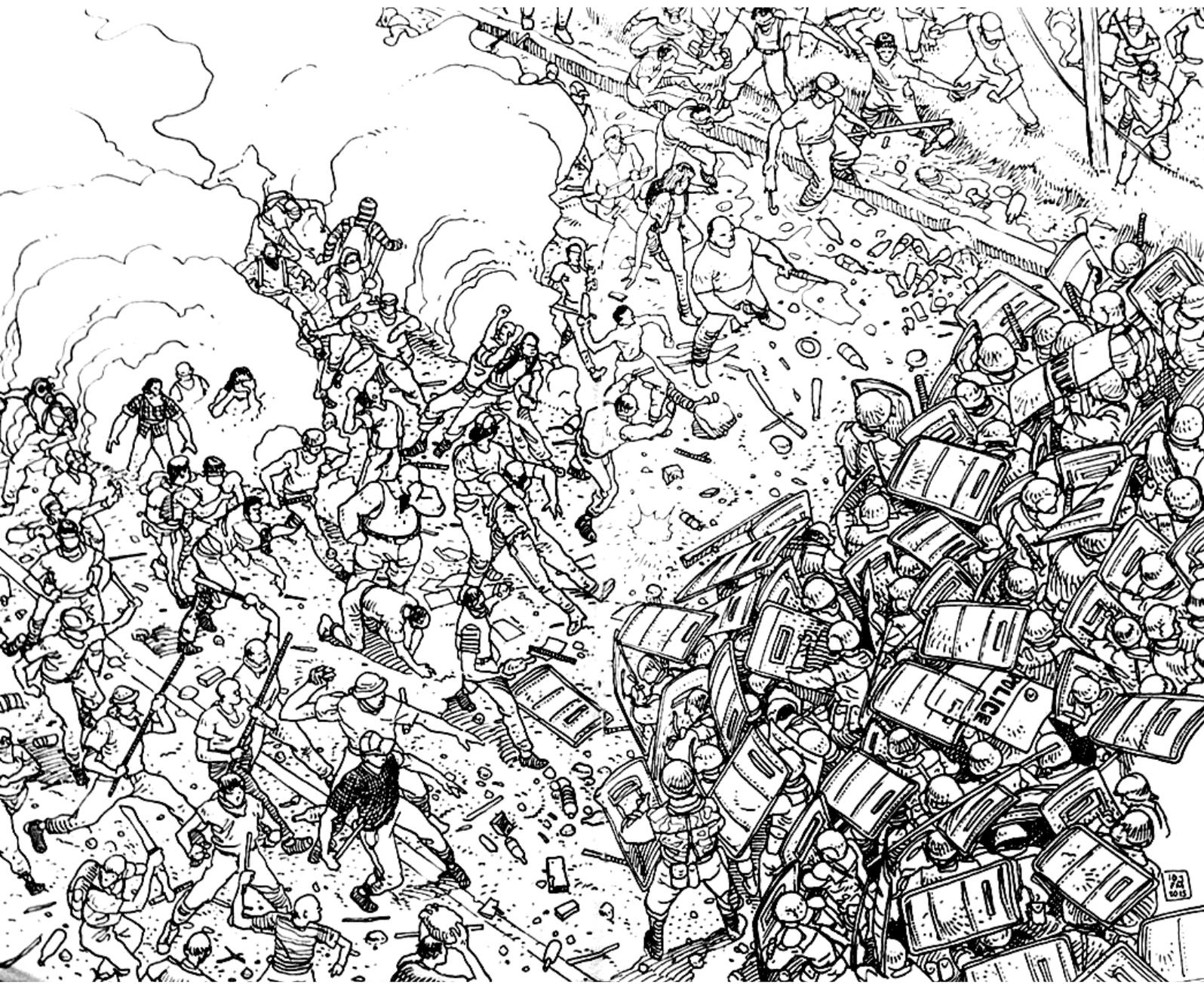
NENHUMA PAZ VAI NOS PROTEGER

“As pessoas dormem tranquilamente à noite porque existem homens brutos dispostos a praticar violência em seu nome.”

George Orwell

*facção
fictícia*





“Ativistas privilegiados devem compreender aquilo que o resto do mundo já sabe há muito tempo: estamos em meio a uma guerra, e a neutralidade não é possível. Não há nada neste mundo que mereça o nome de 'paz'. É mais uma questão que se reduz a de qual é a violência que nos assusta mais e do lado de quem vamos resistir.”

Peter Gelderloos

Como a não-violência protege o Estado

1. Nenhuma paz vai nos proteger

A rápida difusão de Black Blocs e diversas outras táticas de auto-defesa e contra-ataque que vimos emergir em 2013 foi acompanhada de seus opositores mais virulentos: defensores da *não-violência* – ou o *pacifismo*. Vinda, na imensa maioria dos casos, das mesmas pessoas que pintavam o rosto com as cores da bandeira, carregavam dizeres nacionalistas ou com uma crítica rasa (como contra a corrupção) e de grupos de classe-média, brancos e privilegiados, essas ações variavam do simples grito de “sem violência” ou “sem vandalismo” até ao claro exercício de seus privilégios de classe: dialogando ou abraçando policiais em um momento, agredindo quem tentava lançar uma pedra ou pichar um muro ou entregando pessoalmente mascarados à polícia em outro. Isso quando não estavam se colocando como escudos humanos diante da propriedade privada ou dos agentes policiais que queriam defender da ira popular. Esse comportamento é mais comum do que parece. Até mesmo nos protestos na Turquia houveram grupos de pacifistas que inacreditavelmente se colocaram como uma barreira para impedir que uma delegacia fosse apedrejada após as ações policiais ter já matado e mutilado diversas pessoas. Nos Estados Unidos, grupos que adotavam a tática Black Block para defender os acampamentos do movimento Occupy dos ataques policiais foram chamados “o câncer do movimento” por jornalistas burgueses.

O problema fundamental da não-violência vem quando ela atinge o status de um valor inegociável que, em tese, deve ser aplicado em qualquer lugar ou situação, por qualquer grupo, em qualquer contexto, simplesmente por ser a única forma *correta* de ação. No entanto, sabemos que defender a não-violência como princípio para todas as ações políticas de resistência simplesmente mascara e tenta preservar privilégios de classe, gênero e cor. É uma forma de agir

ineficiente, mas também classista, racista e patriarcal. O pior preço pago pelo pacifismo talvez seja jogar a violência cada vez mais sobre as minorias e desempoderá-las quando mais precisam reagir para defender sua própria existência.

“A posição pacifista quer que o sucesso seja atribuído somente às táticas pacifistas, enquanto o resto de nós acredita que a mudança vem de todo o espectro de táticas presentes em qualquer situação revolucionária, desde que sejam efetivamente implantadas. Isso acontece porque nenhum grande conflito social possui uma uniformidade de táticas e ideologias, o que significa dizer que todos esses conflitos apresentam táticas pacifistas e definitivamente táticas não pacifistas. Mas os pacifistas precisam apagar a história que não concorda com eles ou, alternativamente, culpar suas falhas pela presença ao mesmo tempo de lutas violentas”

Peter Gelderloos

Como a não-violência protege o Estado

A argumentação não-violenta é que a única e melhor forma de conseguir algo dos governantes ou de encarar a violência policial é “dando o bom exemplo”, dar as mãos, segurar cartazes, sentar-se diante da tropa de choque e oferecer flores – como se assassinos fardados ou governantes e empresários cedessem a algum apelo emocional. Tal pensamento indica que para esse tipo de ativista, a vida na sociedade não lhes inflige uma violência anterior, como a que recai diariamente sobre quem não tem a pele branca, uma família abastada, frequentou boas escolas, nem é reconhecida como homem ou heterossexual. Para essas pessoas cercadas de privilégios, o pacifismo como princípio universal funciona para garantir que seus protestos não atraiam consequências violentas para si, ou seja, que mantenham a camada de proteção que seus privilégios já lhes garantem. Nos piores casos, mesmo pessoas não tão privilegiadas se identificam com os valores burgueses das classes dominantes e agem de forma a proteger a propriedade privada ou pública como se fossem bens que merecem um respeito similar ao que é negado às pessoas que os destroem, além de enxergar na figura do policial um agente comprometido com a segurança das pessoas ali presentes e não um cão de guarda dos ricos disposto a nos ferir ou tirar vidas para cumprir seu papel.

Pessoas privilegiadas normalmente não precisam estar lutando por um mundo melhor, mas o fazem não por verem suas vidas ameaçadas pelo sistema ou pelo resto da sociedade, mas por uma consciência ético-política do que é mais correto. Isso não é ruim em si, solidariedade será necessária entre diferentes camadas e grupos em diferentes situações, mas ainda assim é motivo suficiente para

diferenciar a relevância de sua opinião da opinião de quem está abaixo numa escala de privilégios. Pacifistas privilegiados podem simplesmente abandonar sua militância e voltar para o conforto de sua vida e família quando as coisas ficarem muito “complicadas” ou “perigosas”. Para elas, a resistência violenta é uma ameaça a tranquilidade e estabilidade de suas vidas. Para grupos desprivilegiados, a quem luta revolucionária mais interessa, a resistência violenta pode ser a única promessa de uma vida um pouco mais digna, ou mesmo a única forma de sobreviver, preservar sua integridade, sua casa, sua terra ou as pessoas que amam.

Se tomarmos como inquestionável o princípio da não-violência, teríamos que exigir que povos indígenas resistissem com passeatas e mão-dadas a invasão das tropas europeias às Américas, ou que o povo Iraquiano conseguiria parar o massacre estadunidense



Para o pacifista, violência é o que os outros fazem.

sentando nas avenidas e coletando assinaturas. **Para que as táticas não-violentas sejam sempre efetivas, é necessário que o grupo que as pratica detenha privilégios e visibilidade o suficiente para que as autoridades que as confrontam tenham algum receio de agir com violência contra ele.** Esse é o caso dos caras-pintadas ou da classe-média que se juntou às multidões nas ruas de verde-amarelo em 2013. Definitivamente não é o caso da resistência iraquiana ou palestina; não foi o caso dos povos Guaranis diante dos bandeirantes ou das tribos Cheyenne e Lakota na América do Norte diante do General Custer. Hoje, ainda não é o caso da população preta pobre e periférica das grandes cidades, assim como não é o das mulheres,

das pessoas trans, das lésbicas e das bichas em todo o mundo, seja nas ruas ou entre quatro paredes. Não é o caso dos quilombolas, camponesas ou indígenas enfrentando o Estado brasileiro e milícias rurais que matam impunemente. Assim, também não será o caso de todas as pessoas que tomarem as ruas para combater o Estado, o Capital e seus pilares de privilégios, até que suas vozes atraíam a atenção e a solidariedade de quem ainda não escolheu um lado no enfrentamento com a ordem vigente.

O Estado obviamente prefere enfrentar uma oposição não-violenta do que uma disposta a lutar. Se história ainda é escrita pelos vencedores, então devemos desconfiar de todo discurso que os vencedores (o Estado, a mídia, as classes abastadas, brancos, homens, etc.) tentam nos fazer engolir sobre qual é o modo “correto” de se combater a opressão. Comunidades indígenas Zapatistas sabiam que visibilidade e privilégios não eram algo com o que podiam contar, e assim, fizeram-se tanto bem armadas como visíveis. Com armas, puderam intimidar o governo mexicano que tanto desejava explorar a selva Lacandona e suas riquezas minerais e naturais às custas da miséria dos povos que lá resistem há 500 anos; com comunicados, publicações e o uso da recém popularizada internet foram vistas e ouvidas por toda comunidade internacional e atraíram solidariedade da esquerda e de radicais em geral. A lição para nós, que resistimos nas cidades, é que armas e disposição para combate podem ajudar a afastar por um tempo opressores que não esperam resistência, porém o apoio de quem está de fora dos enfrentamentos é fundamental para não sermos massacrados silenciosamente e para que as narrativas de resistência se alastrem.

“Governos raramente respondem a sussurros, mas geralmente podem ouvir quando gritamos. Em tempos como esse, torna-se necessário para lutas políticas a reavaliação de táticas e estratégias para escolher aquelas que resultem no mínimo de violência física, não apenas contra a oposição, mas também contra nós.

Não adaptar estratégias a momentos diferentes se torna contraproducente e, quando falhamos em fazê-lo, nos tornamos responsáveis pela violência que acontece quando manifestantes não-violentos são encorajadxs a se colocar diante da força policial violenta. (...) Se continuarmos a usar desobediência civil não-violenta como uma tática, então devemos reagir apropriadamente quando nossas táticas forem recebidas com violência.”

Rod Coronado
The high price of Pacifism

Não se trata de opor táticas “violentas” às táticas “não-violentas” como moralmente mais aceitáveis ou mesmo mais eficientes. Trata-se de aceitar uma diversidade de táticas e respeitar a escolha de diferentes táticas de acordo com o grupo que precisa delas, o contexto e o momento. É preciso assumir que a violência já existe e é aplicada injustamente contra a maior parte da população para manter uma ordem opressora de exploração. Responder a ela deve apenas servir para evidenciar a violência do opressor e não condenar a de quem resiste como igualmente maléfica. Quando um grupo precisar recorrer à violência anti-autoritária para atingir seus objetivos ou mesmo sobreviver à uma ofensiva do Estado ou outros grupos autoritários, é melhor que as pessoas não envolvidas diretamente ofereçam apoio e solidariedade do que uma crítica moralista. Em todo caso, é mais útil que tais pessoas fiquem caladas do que abram suas bocas para deslegitimar a resistência ou afirmar ainda mais a violência estatal, patriarcal ou racista como forma de lidar com a oposição.

Propomos uma diversidade de táticas como uma saída mais eficiente para lutas que precisam se atualizar e ser adaptáveis a diferentes contextos e que atenda a diferentes necessidades de cada grupo. Que ao invés de nos perguntarmos qual tipo de tática é mais “correta” ou “ética” quando se trata de resistir à opressão, nos perguntemos qual tática aumenta nossa potência e nos parece ser mais segura e eficiente, como menor custo para nós no enfrentamento contra o Estado, o Capitalismo, o Patriarcado, a supremacia branca e toda forma de dominação.

2. Considerações sobre a polícia

Já foi dito que quanto maior as desigualdades de uma sociedade, mais força é necessária para manter sua estabilidade. No Brasil, uma das mais presentes (quando não a única) instituições do Estado é a polícia – e claro, sua ignorância, sua brutalidade e seu anacronismo. Mesmo tido como país com economia crescente e uma das maiores potências do mundo, sua força policial não foge à regra dos demais países terceiromundistas, marcados por ditaduras que carregam a impunidade e os procedimentos de seus perpetradores, onde não faltam miséria, corrupção, violência e prisões lotadas. Convivemos com uma polícia corrupta e envolvida até os ossos com o crime organizado e estreitas relações com as facções criminosas que combatem nas ruas, e cujos oficiais são conhecidamente parte de grupos milicianos e justiceiros – e não, eles não são a exceção. A

violência que marcou os protestos desde as Jornadas de Junho é a violência que eles tem a coragem de cometer sob holofotes e câmeras do centro da cidade. Quando as luzes se apagam e as multidões se dispersam, não existem limites para o poder assassino desses vermes. Sua cor ou o bairro onde mora podem significar uma abordagem sem justificativas, extorsão e tortura; uma passagem na sua ficha pode se tornar desculpa para sua execução, que será caracterizada como “auto de resistência”. Um bar na periferia pode ser metralhado por mascarados em um carro preto instantes depois de uma viatura rondar o local e o caso será arquivado.

Como encarar, pensar, se defender e reagir à ação policial é um tema importante para todas as anarquistas. Porém, num contexto como o nosso, que é infinitamente mais instável e sangrento do que o de anarquistas pensando nos seus contextos do primeiro mundo, o pior dos cenários já está montado, com uma polícia militarizada e mortes atingindo números semelhantes ou maiores que muitos países em guerra declarada. Portanto, não apenas não podemos começar nos pautando pela força militarizada, nem na frieza ou falta de escrúpulo para vencê-los, como talvez isso será impossível por muito tempo. Junho serviu para jogar os holofotes sobre suas fardas e seu modus operandi e a quem eles realmente obedecem, e a desaprovação generalizada de fato inibiu sua atuação em alguns momentos. É preciso buscar outras formas de limitar suas ações enquanto aumentamos nossas potencialidades. Entender seus limites ou alcançar formas de vencê-los nas ruas e protestos em algumas batalhas pontuais mas, sobretudo, expor seu verdadeiro caráter e sua ilegitimidade pode ser uma forma de isolá-los de qualquer apoio ou identificação popular.

A polícia não exerce um poder legítimo

Um policial comum não é nenhum especialista em leis, ele provavelmente sabe os protocolos de seu batalhão mas muito pouco sobre as leis atuais. Isso significa que sua atuação consiste em grande parte de blefe, intimidação e abuso de poder. A polícia mente e quebra suas próprias leis e regulamentos em qualquer procedimento: desde atirar em manifestantes sem que a tropa esteja sobre ataque, até abordagens sem que haja uma denúncia fundada; da invasão de imóveis sem mandado, até a tortura e a execução de suspeitos que serão conduzidos irregularmente dentro de seus veículos para o hospital,



O preço da manutenção de seus privilégios será pago por quem não tem nenhum.

impossibilitando a perícia ou o socorro adequado. Isso não significa que devemos sempre nos pautar pela legalidade e aceitar a lei como algo legítimo. Nosso sistema legal é apenas um teatro para poderosos governarem sobre os pobres. Obedecer as leis não tem nada de moralmente correto, pelo contrário. Escravidão era legal e ajudar quem fugia era crime. Os nazistas chegaram ao poder pelas das vias democráticas e aprovaram leis através dos meios legais existentes. Devemos nos empoderar e compartilhar essa consciência de forma a fazermos o que pensamos ser correto, independentemente das leis ou da intimidação policial.

Políciais não são “trabalhadores como nós”, nem potenciais aliados

O papel da polícia é servir às classes dominantes e seus interesses. Qualquer pessoa que nunca teve uma terrível experiência com a polícia é provavelmente privilegiada, submissa ou os dois. Policiais sabem exatamente o que estão fazendo quando entram para a corporação. Claro que muitos aceitam esse emprego por pressões econômicas, mas um salário ou uma carreira não são desculpa para desalojar famílias de suas casas, perseguir e matar a população negra, pobre nas periferias e favelas, ou agredir e mutilar quem se manifesta ou age contra a ordem que eles tentam defender. Alguém que vende sua consciência e sua empatia por outros seres humanos deve ser visto não como um potencial aliado mas como um inimigo de todas as pessoas. Muita gente acredita que nossos apelos podem fazê-los abandonar a corporação e trazê-los para o nosso lado. Mas policiais não são trabalhadores comuns: eles escolheram ganhar a vida defendendo um sistema dominante e opressivo, logo, são os menos simpáticos ou solidários com quem deseja mudar esse sistema. Enquanto eles servirem aos poderosos jamais serão pessoas confiáveis, não interessa o quão “conscientes” ou bem intencionados eles estejam.

Resistir ou revidar não é “ser igual ou pior” que a violência policial

A violência não é inerentemente condenável e nem sempre é uma forma de dominação. Seu uso em si não torna a resistência incoerente ou contraditória com a luta pelo fim da opressão. Isso seria uma simplificação muito perigosa. Uma mulher que se defende agredindo o homem que tenta violentá-la é pior que o violentador? Escravos que se rebelaram e lutaram por sua liberdade são tão cruéis quanto seus senhores? A resistência que atacava e matava oficiais nazistas merece ser condenada da mesma forma que os regimes fascistas? ***Existe uma coisa chamada auto-defesa.*** Em alguns casos a violência pode servir para oprimir e manter um sistema opressor, em outros ela pode combatê-lo. Para algumas pessoas, ter fé em um sistema autoritário e seguir suas regras legais ou morais é a maior das prioridades, não importa a que custos. Elas acreditam que serão recompensadas por isso independentemente das consequências para as

outras pessoas. Não importa se elas se definem como conservadoras ou apenas como pacifistas. Por outro lado, para aquelas que assumem responsabilidade por seus atos, a questão importante é que tipo de postura pode nos defender da opressão e criar uma realidade melhor. Muitas vezes isso inclui o uso da violência.

3. A comuna como máquina de guerra contra o Estado

Não falamos até agora de guerra social ou de luta de classes porque gostamos de estar em meio a conflitos, mas sim porque assumimos que eles já nos cercam por todos os lados. Fugir, evitá-los ou fingir que eles não existem não vai nos salvar. Se estar em conflito em sociedade é inevitável, que possamos entrar e lutar em nossos próprios termos e com toda a força. Leis, reformas, conquistas sociais e revoluções até hoje não produziram nada além de uma adaptação das formas de opressão e cooptação de corpos para o Império. O motivo é que nenhuma delas procurou atingir o problema da opressão na raiz das relações que produzem e nos condiciona a viver sob diferentes formas de autoridade e hierarquia. Pelo contrário, leis e reformas apenas adaptam e amortecem os aparelhos que nos capturam em todos os âmbitos de nossas vidas.

Mesmo as leis que conquistadas através de lutas sociais não são capazes de nos garantir os direitos que elas deveriam proteger. Essas mesmas leis são quebradas por aqueles no comando simplesmente pelo fato de que eles tem o poder para isso. E nós não temos tido, salvo alguns raros momentos, nem mesmo força o suficiente para garantir que os governantes e os ricos caminhem dentro das leis que eles mesmos impõem a nós. Não devemos esperar nenhuma ética ou honestidade de nossos inimigos, nem que eles ajam de forma justa ou respeitem alguma regra. Assim como não devemos nos comprometer ou garantir que vamos reagir dentro de limites éticos ou senso de justiça aos nossos inimigos. Se for preciso, para sobreviver vamos mentir, roubar, atacar covardemente e fugir antes que nos agarrem. A suspensão das leis pelas próprias instituições que dizem se pautar por elas e defendê-las como algo de maior importância, nos prova que não haverá regras além de uma série de exceções. Não apenas não devemos nos pautar por leis, como não devemos esperar que seus defensores o façam. Devemos nos preparar para tornar esse estado de exceção habitável.

É necessário encontrar e se conectar com outros corpos dispostos a lutar pela sobrevivência, mais do que isso, por uma vida que

podemos chamar de nossa, cheia do prazer e da liberdade que tanto queremos. Grupos de afinidade, manadas, comunas, são formas de reocupar nossos corpos, nossas amizades e afetações, assim como o espaço e o território dominado pelo Estado e pela economia capitalista. Mais do que isso, são máquinas de guerra contra o Estado e o capitalismo.

Ao invés de exigir regras ou chefes mais legítimos, por que não encontrar nossa própria potência e aprender a usá-la coletivamente? Mesmo aquelas que querem apenas influenciar autoridades devem admitir que a forma mais efetiva de fazer isso é desenvolvendo o poder de agir com autonomia. Mas será ainda melhor estabelecer nossas próprias metas nos nossos próprios termos. Agir sem o Estado não significa parar de suprir as necessidades de quem precisa, mas sim ajudar umas às outras diretamente, sem recorrer a uma burocracia. Viver sem leis que garantem a propriedade não significa perder nossas posses, mas sim que nenhum juiz ou a polícia podem tirar de nós o que precisamos para viver. Se não formos a favor do direito à propriedade imposto pelo Estado, nossas relações com as coisas serão determinadas pelas nossas relações pessoais. Hoje em dia, vivemos o contrário: nossas relações pessoais são determinadas pelas nossas relações com as coisas.

Apostamos que nos levantando, encontraremos outras que fazem o mesmo e que nossas lutas vão abrir novas possibilidades para nossas vidas. Ganhar ou perder, esse caminho oferece as mais ricas experiências e relações possíveis hoje. Nada garante que viveremos para ver um futuro pós-revolucionário, por isso devemos ser desde já o caos que queremos ver no mundo. Não existe segurança ou espaços que sejam totalmente seguros. Revolução é inevitavelmente algo perigoso, um objetivo de vida que pode nos levar para a cadeia ou para o cemitério. Não é preciso abandonar qualquer esperança, mas talvez seja mais útil pensá-la como um martelo: mesmo que perca seu sentido, ainda pode funcionar para quebrar alguns muros. Em um mundo governado por déspotas mesquinhos, isso produz pessoas destemidas. Em uma era de rotinas previsíveis, isso inspira novas aventuras. Diante das humilhações da vida moderna, isso nos oferece dignidade. Não há nem nunca houveram garantias. Não existem fórmulas, programas, projetos que podem nos assegurar uma vitória, mas sabemos que não merecemos a derrota. Não temos como saber se no fim teremos uma vida melhor, mas com certeza no processo a vida será mais intensa.



faccaoficticia.noblogs.org

facfic@riseup.net

